

# **Percepção da segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida dos servidores beneficiários de um programa alimentar de uma universidade municipal do Vale do Paraíba-SP**

## **ODS 02 - Fome zero e agricultura sustentável**

Jessica Renata Bezerra Duarte Tsutsui (Universidade de Taubaté)  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Alexandra Magna Rodrigues (Universidade de Taubaté)

### **Introdução**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito humano essencial, relacionado ao bem-estar e à qualidade de vida, garantindo acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. No Brasil, avanços entre 2003 e 2013, por meio de programas como Fome Zero, Bolsa Família e PAA, reduziram a pobreza extrema e consolidaram a governança da alimentação via SISAN e CONSEA. Contudo, entre 2014 e 2022, crises políticas, cortes orçamentários e a pandemia da COVID-19 aumentaram a insegurança alimentar, afetando inclusive trabalhadores formais e servidores públicos. Em 2023, houve uma retomada institucional, mas cerca de 20,6 milhões de pessoas permanecem em insegurança alimentar moderada ou grave. Nesse contexto, destaca-se o Programa Alimentação Melhor, criado em 2019 em uma universidade municipal do Vale do Paraíba, que distribui alimentos in natura produzidos de forma sustentável a famílias de servidores, promovendo alimentação saudável, redução de custos e fortalecimento do vínculo institucional. A pesquisa busca compreender a percepção dos beneficiários sobre SAN e sua relação com qualidade de vida, saúde e hábitos alimentares, com o objetivo de fortalecer políticas públicas e institucionais que promovam alimentação adequada, sustentável e bem-estar dos trabalhadores.

### **Revisão da Literatura**

**Conceito e causas da insegurança alimentar e nutricional.**

De modo contemporâneo entende-se que o tema de SAN é especialmente debatido e colocado em evidência após a II guerra mundial, em vista que devido ao conflito a população de muitos países europeus sofreram tanto do ponto de vista econômico como também agropecuário (Castro, 1984 apud Lopes, 2023).

Segundo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional incorporada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei nº 11.346, de 15 de junho de 2006) Segurança Alimentar e Nutricional é entendida como *“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade , em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”* (Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2006. Art. 3º).

Entretanto, apesar de haver um conceito definido para a SAN no Brasil uma única conceitualização do tema é difícil em vista que essa não é apenas um tema da área de nutrição, logo, por ser uma temática interdisciplinar, cada área como a nutrição, a educação, a agricultura, a antropologia, a psicologia, o direito e a política possuem suas próprias perspectivas e compressões teóricas (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

## **Método**

A presente pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa (métodos mistos), por compreender que a complexidade do estudo a percepção dos 250 servidores públicos beneficiários de um programa de alimentação de uma universidade municipal do Vale do Paraíba/SP sobre sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), padrões alimentares e qualidade de vida (QV) exige a articulação entre dados objetivos e subjetivos. Conforme Creswell (2007), essa abordagem permite integrar informações quantitativas e qualitativas, proporcionando uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenômeno.

A coleta de dados será realizada em duas etapas complementares. Na etapa quantitativa, serão aplicados: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA),

WHOQOL-Bref, questionário estruturado sobre perfil sociodemográfico e satisfação com o programa, e recordatório alimentar de 24 horas, para avaliar padrões alimentares.

Na etapa qualitativa, será realizada uma oficina culinária participativa, com o objetivo de explorar percepções, significados e práticas relacionadas à alimentação e à qualidade de vida.

Essa combinação de métodos possibilitará uma análise completa sobre como o programa de alimentação impacta a segurança alimentar, os hábitos alimentares e a qualidade de vida dos servidores.

### **Resultados ou Resultados Esperados**

Espera-se com este estudo, compreender a percepção da segurança alimentar e nutricional e de qualidade de vida de servidores beneficiários de um programa institucional de distribuição de cestas de alimentos in natura, bem como investigar os padrões alimentares e a **percepção dos servidores** sobre os impactos do benefício na sua alimentação e na garantia de segurança alimentar .

### **Conclusões ou Considerações finais**

O presente estudo busca ampliar o debate sobre segurança alimentar e nutricional em instituições públicas municipais, destacando a importância de programas voltados ao acesso a alimentos saudáveis, sustentáveis e de qualidade. Ao analisar a percepção dos servidores beneficiários do Programa Alimentação Melhor, pretende-se compreender como políticas locais podem reduzir a insegurança alimentar, valorizar os trabalhadores e melhorar a qualidade de vida no trabalho. Espera-se identificar impactos diretos sobre hábitos alimentares e bem-estar, bem como efeitos simbólicos e sociais, como pertencimento e reconhecimento. Os resultados poderão subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas de alimentação e saúde, reforçando o papel das universidades municipais na promoção da cidadania. O estudo destaca que o direito à alimentação adequada depende da integração entre Estado, instituições e sociedade civil, e que experiências como o Programa Alimentação Melhor são caminhos concretos para ambientes mais saudáveis, inclusivos e sustentáveis.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011. DOI: [https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100021](https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100021)